

Sumário

Introdução	1
1 Liberdade de Expressão: Conceito, Finalidades e Princípios Constitucionais Correlatos	13
1.1 O conceito de liberdade de expressão.....	13
1.2 Por que a liberdade de expressão é um direito fundamental?	20
1.2.1 A liberdade de expressão é um direito fundamental em razão de assegurar uma autossatisfação individual (<i>assuring individual selffulfillment</i>)	22
1.2.2 A liberdade de expressão é um direito fundamental em razão de permitir o avanço do conhecimento e possibilitar a descoberta da verdade (<i>advancing knowledge and discovering truth</i>)	25
1.2.3 A liberdade de expressão é um direito fundamental em razão de representar uma forma de garantir a democracia (<i>provid for participation in decisionmaking by all members of society</i>)	34
1.2.4 A liberdade de expressão é um direito fundamental em razão de determinar a manutenção da balança entre a estabilidade e a mudança da sociedade.....	39
1.2.5 Em defesa de uma liberdade de expressão <i>lato sensu</i> multifuncional.....	41
1.3 Os princípios constitucionais que garantem a liberdade de expressão	45

2 A Liberdade de Expressão como um Direito Fundamental Limitado: Teorias Externa e Interna	51
2.1 Introdução.....	51
2.2 A teoria interna dos limites dos direitos fundamentais	54
2.3 A teoria externa dos limites dos direitos fundamentais	58
2.3.1 A verdade como limitação externa à liberdade de informação.....	61
2.3.2 A honra como limitação externa às liberdades de expressão e informação	73
2.3.3 A vida privada e a intimidade como limitações externas às liberdades de expressão e informação	87
3 Formas de Solucionar Eventuais Conflitos entre os Direitos Fundamentais à Liberdade de Expressão e da Personalidade.....	109
3.1 Introdução	109
3.2 A liberdade de expressão nos EUA.....	112
3.2.1 A doutrina dos direitos fundamentais preferenciais: duas vertentes	113
3.2.2 A doutrina norte-americana dos direitos fundamentais preferenciais	118
3.2.3 A doutrina norte-americana dos direitos fundamentais preferenciais em outras cortes constitucionais	147
4 As Maneiras de Consubstanciar a Liberdade de Expressão como Direito Fundamental Preferencial <i>Prima Facie</i> nos Estados Unidos, Inglaterra e Austrália	163
4.1 Introdução.....	163
4.2 Algumas importantes formas de consubstanciar a tese da preferência <i>prima facie</i> da liberdade de expressão	163

4.2.1 A doutrina norte-americana da <i>actual malice</i>	163
4.2.2 As declarações de terceiros e a denominada <i>neutral reportage doctrine</i> (Estados Unidos)	184
4.2.3 O qualificado privilégio de defesa <i>Reynolds</i> (Inglaterra) ...	205
4.2.4 O qualificado privilégio de defesa <i>Lange</i> (Austrália)	221
5 A Liberdade de Expressão no Brasil	237
5.1 A liberdade de expressão no Direito brasileiro: um cenário de incoerências	237
5.2 Alguns casos emblemáticos julgados pelo Poder Judiciário brasileiro	255
5.2.1 Proibição da marcha da maconha	255
5.2.2 Caso Federação Israelita do Rio de Janeiro <i>versus</i> Grêmio Recreativo e Escola de Samba Unidos do Viradouro (carnaval do Rio de Janeiro de 2008)	266
5.3 A liberdade de expressão no Brasil e o diagnóstico feito pela ONG <i>Article 19</i>	269
6 A Liberdade de Expressão em Sentido Amplo como Direito Fundamental Preferencial <i>Prima Facie</i> no Direito Brasileiro.....	273
6.1 Introdução.....	273
6.2 Os fundamentos que justificam a liberdade de expressão <i>lato sensu</i> como um direito fundamental e as premissas que a estabelecem como um direito fundamental preferencial <i>prima facie</i> . Uma visão a partir do Direito Comparado	276
6.3 A liberdade de expressão no Brasil: múltiplas finalidades	278
6.4 A liberdade de expressão em sentido amplo e a função democrática.....	286

6.5 A liberdade de expressão em sentido amplo como direito fundamental preferencial <i>prima facie</i> : importantes fundamentos extraídos do Direito brasileiro	292
6.5.1 Em razão de o público ter o direito de saber dos assuntos de interesse público.....	293
6.5.2 Diante do fato de a imprensa ter o <i>dever</i> (e não apenas o direito) de informar ao público sobre os assuntos de interesse público.....	307
7 A Liberdade de Expressão em Sentido Amplo como Direito Fundamental Preferencial <i>Prima Facie</i> e a Forma de sua Materialização no Direito Constitucional Brasileiro: Recepção de Teorias Estrangeiras.....	323
7.1 Introdução.....	323
7.2 Fundamentos da responsabilidade civil dos jornalistas e dos meios de comunicação	323
7.3 A doutrina da <i>actual malice</i> e sua recepção pelo Direito Constitucional brasileiro	335
7.4 A teoria da reportagem neutra e sua recepção pelo ordenamento jurídico brasileiro	359
7.5 Os padrões de defesa <i>Reynolds</i> (Inglaterra) e <i>Lange</i> (Austrália) como critérios objetivos a serem utilizados para identificar a atuação culposa ou dolosa do jornalista que divulga uma informação de interesse público falsa	378
Conclusão	383
Adendo.....	389
Referências Bibliográficas.....	395